

Colégio público sem vaga

le

Jornal de Brasília

para atender particular

Arquivo 01/08/87

As escolas da rede oficial de ensino estão saturadas e não têm condições de atender as crianças de pais que desistirem de pagar mensalidades nas escolas particulares. A informação é do secretário de Educação, Fábio Bruno, sobre a evasão que poderá ocorrer nos estabelecimentos privados com a liberação dos preços das mensalidades.

A proposta anunciada pelo Ministério da Educação, na última segunda-feira, prevê que as mensalidades sejam reajustadas livremente, de acordo com os critérios de cada estabelecimento. Existe também propostas de que esta liberdade seja controlada pelo Governo, possivelmente através dos Conselhos Estaduais de Educação.

O professor Fábio Bruno se posicionou, ontem, contra esta alternativa, alegando que o Conselho de Educação do Distrito Federal, é formado por pedagogos e não por economistas. Além disso, garante que o Conselho não tem estrutura para controlar preços. "Isto é uma função do Ministério da Fazenda", disse ele, argumentando que o Governo Federal conta com a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

Capacidade

A rede oficial de ensino, segundo Fábio Bruno, atende hoje a cerca de dois terços da população estudantil do DF. A previsão de matrículas este ano é de 355.281 alunos. Desse total, serão atendidas 25.496 crianças no pré-escolar, 248.726 no primeiro grau, 43.020 no segundo grau, 34.932 no supletivo e 3.107 nas escolas especiais, destinadas a excepcionais. No ano passado, segundo os registros da Secretaria de Educação, em

31 de março de 1987 foram matriculados 336.238 alunos na rede oficial e 103.164 na rede particular.

Mas, conforme o Secretário, a rede pública está sempre atendendo alunos acima de sua capacidade. Isso ocorre com a abertura de turnos intermediários, "que não deveriam existir". E, se ocorrer uma evasão nas escolas particulares, advertiu que os estabelecimentos públicos não estão em condições de absorver os alunos, "a não ser que o Governo nos dê permissão para a contratação de mais professores e funcionários e a implantação de horário emergencial".

Fábio Bruno discorda ainda do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado, Jaime Martins Zveiter, que propõe o corte de gastos ou a venda de bens para que a família mantenha seus filhos na escola particular. Ele acredita que a solução está nas mãos da Constituinte, que deveria garantir, nas suas disposições transitórias um prazo de quatro anos, com dotações de verbas específicas, para a ampliação das escolas públicas.

Ele criticou ainda o fato de o ensino ser considerado um déficit público. "Considero um erro, uma vez que, segundo o preceito constitucional, todas as crianças de 7 a 14 anos têm direito à educação". Na sua avaliação, deve haver um ensino sem fins lucrativos para todos, independente do nível social. E julga os pais como responsáveis por esta situação. "Eles fazem questão de matricular os filhos na rede particular, e garanto que quando não tivermos mais problemas de vagas, continuarão colocando os filhos na escola privada", concluiu.

Despesa determina mensalidade

"As 160 escolas particulares de Brasília aumentarão os preços de suas mensalidades de acordo com as necessidades de cada uma, tomando-se por base os custos e despesas, mais a qualidade do ensino oferecido para fixá-las", esclareceu, ontem, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Brasília, Jaime Zveiter.

Segundo Zveiter, o Conselho de Educação do DF ainda não estabeleceu parâmetros para o cálculo do preço da semestralidade escolar dos estabelecimentos particulares de ensino. Por isso, explica, "oriento os diretores das escolas para que solicitem ao Conselho Federal de Educação o reajuste das mensalidades, referente à defasagem verificada no período de controle estatal, que em alguns casos chegam até a dois mil por cento".

Tanto ele quanto o presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, são a favor da liberação total dos preços das mensalidades es-

colares. "O máximo que podemos permitir é que haja a liberdade vigiada, com os Conselhos Estaduais de Educação e as delegacias do MEC exercendo a fiscalização, para que não haja abusos na cobrança", argumentaram.

Ambos também defendem a fixação de critérios para a cobrança das mensalidades escolares pelo Ministério da Fazenda, a partir da apuração de custos, demonstrado em planilhas. No entanto, eles vêem na liberação total dos preços a única maneira de as escolas particulares terem condição de oferecer melhor qualidade de ensino.

"Quem pode pagar vai preferir matricular seus filhos nas escolas particulares", frisou Roberto Dornas.

Quanto ao reajuste das mensalidades com base na OTN, como algumas escolas do DF já estão fazendo, Roberto Dornas e Jaime Zveiter consideram que "ela pode servir como fator de correção dos preços, e nunca para a fixação dos mesmos.

Depredações custam milhões

A Secretaria de Educação deve gastar este ano, somente com a reforma de duas escolas — a Caseb, na 912 Sul, e a Escola Industrial de Taguatinga (EIT) — cerca de Cz\$ 200 milhões, segundo prevê o secretário Fábio Bruno. Para reduzir os custos com reforma, no próximo dia 1º a Secretaria passa a veicular, através das emissoras de rádio e televisão de Brasília, uma campanha educativa, objetivando conter as depredações e evitar os furtos de materiais nas escolas públicas da Fundação Educacional, tanto no Plano Piloto quanto nas cidades-satélites.

"Queremos chamar a atenção da população, de forma mais acentuada, para o problema das depredações das escolas públicas, o que vem onerando a Secretaria todos os anos, impossibilitando que os recursos sejam aplicados na construção de novas escolas", disse Fábio Bruno, justificando o investimento na campanha publicitária, que ficará apenas uma semana no ar, encerrando na véspera do início das aulas, no dia 8 de fevereiro.

Escolas de lata permanecem

As escolas de lata vão continuar funcionando até abril, apesar de o governador José Aparecido ter determinado a sua extinção há três meses. A informação é do secretário de Educação, Fábio Bruno, que responsabilizou as empreiteiras vencedoras da licitação das obras de substituição das escolas de lata por outras pré-moldadas. Essas empresas, segundo Fábio Bruno, não estão cumprindo o cronograma das obras, atrasando a construção de escolas pré-moldadas na Candangolândia, Gama, no acampamento da DVO e no assentamento populacional da Fundação Zoobotânica.

As escolas pré-moldadas foram a solução encontrada pelo GDF para substituir as de latas, que são consideradas inadequadas ao ensino e prejudicial à saúde dos estudantes. Em outubro do ano passado, foi assinado um convênio entre o GDF e o Ministério da Educação, no valor de Cz\$ 398 milhões, destinado à construção de 14 escolas pré-moldadas. Pelo convênio, Cz\$ 157 milhões seriam aplicados para que, até o início do primeiro semestre deste ano — que começa no dia 8 de fevereiro —, cinco novas escolas fossem entregues.

Mas, de acordo com o secretário Fábio Bruno, "não foi possível a construção desses cinco estabelecimentos embora as empresas, até agora, não tenham justificado à Novacap — órgão que também participa do convênio, como administrador das obras, os motivos do atraso. Os Cz\$ 157 milhões já

Fábio Bruno considera essa campanha uma prioridade para a Secretaria de Educação, uma vez que, no ano passado, segundo ele, 70% do orçamento da pasta foram gastos com a recuperação de escolas e reposição de materiais, principalmente em Ceilândia e Taguatinga, onde se registrou o maior número de depredações e furtos.

A campanha de preservação das escolas públicas, na verdade, já começou. Há dez dias, os ônibus da Viação Pioneira, Viplan e da TCB estão circulando com 6.800 cartazes deixados nos pára-brisas. Os cartazes lembram que «a escola pública é tão importante quanto a sua casa» e fazem um apelo direto: «Escola Pública. Ajude a conservá-la».

Fábio Bruno admite que os cartazes nos ônibus «não resolvem o problema das depredações», mas acredita que eles vão conseguir provocar uma «ampla discussão no DF e no País» sobre a questão das depredações, uma vez que só em Brasília existem «mais de 350 mil alunos matriculados».

deveriam ter sido empregados para a substituição das duas escolas de lata da Candangolândia, duas no Gama e uma no acampamento do DVO.

"Sem dúvida teremos que conversar imediatamente com a Novacap, para agilizarmos a construção dessas cinco escolas, porque os alunos não podem mais continuar a passar pelo sacrifício de suportar o forte calor provocado pelas escolas de lata", disse o secretário. Fábio Bruno não soube precisar os nomes das empresas e nem conseguiu saber o motivo do atraso junto à Novacap já que o presidente Luis Henrique Freire Duarte está viajando.

Segunda etapa

Com ou sem atraso, o secretário de Educação pretende, pelo menos até o final deste semestre, substituir todas as 14 escolas de lata. Segundo ele, o restante da verba de Cz\$ 398 milhões será aplicado na construção de escolas pré-moldadas na Vila Paranoá, na região rural da Ponte Alta e Baixa do Gama, e nas áreas rurais onde foram instaladas essas escolas.

O secretário de Educação confessou estar arrependido por ter inaugurado, ainda em 1984, quando era diretor da Fundação Educacional, juntamente com o agora senador Pompeu de Souza, cinco escolas de lata. "Realmente me arrependo muito de ter participado dessas inaugurações mas, naquela época, cumpríamos apenas o final do projeto da implantação das escolas de lata, que foi criado no governo José Ornellas", lembrou o secretário.